

A ALBANIZAÇÃO DO ENSINO EM PORTUGAL

Victor M.M. Lobo [1]

Os diplomas escolares conferidos aos alunos que actualmente frequentam o ensino têm um significado muito diferente do que tinham no tempo em que os pais destes alunos frequentaram esse ensino. Ora, esses pais, a sociedade, e o enquadramento legal onde os diplomas vão ser utilizados ainda pressupõe, basicamente, o antigo valor dos diplomas. De certo modo passa-se com os actuais diplomas o que se passou com os "certificados de investimento" que certas sociedades na Albânia davam aos "investidores": aparentavam ter um valor tal que dariam sempre um alto juro, quando na realidade não tinham esse valor. Em Portugal também houve algo de similar, só que, felizmente, o Estado português advertiu o país, o que não aconteceu na Albânia, e nem acontece em Portugal no que respeita ao que se passa no ensino.

A geração que fez o ensino primário e secundário até ao final da década de 60 sabe bem o significado dos diplomas. Exigiam um exame com provas escritas a nível nacional e provas orais feitas por professores desconhecidos para o aluno. Por exemplo, no meu exame da 4ª classe bastaria dar mais de 3 erros de ortografia no ditado para reprovar a todo o exame. Similarmente para a prova de redacção, de aritmética, de leitura e interpretação, etc. Hoje muitos dos alunos universitários não só reprovavam nesses exames por causa de erros ortográficos, mas também por fraca capacidade de redacção e por outros factores.

É claro que, tal como antes, o sistema continua a produzir alunos muito bons, talvez até melhores que os melhores de então. Os actuais livros de texto são, em geral, muito melhores que os da década de 60, os programas mais actualizados, e os actuais professores esforçam-se mais que os de então. Há hoje mais oportunidades para "alunos interessados" adquirirem conhecimentos e sem dúvida que há, felizmente, um conjunto de alunos que saem excelentemente preparados, quer do secundário, quer do superior. Dizer-se que o ensino está "pior" não é correcto. A diferença está no seguinte: o "nível de exigência" para meramente passar de ano agora é muitíssimo baixo. Por outras palavras: os "alunos interessados" podem aprender muito; contudo, os "alunos desinteressados" passam igualmente de ano, mesmo que praticamente nada tenham aprendido. Isto é, os "diplomas" de passagem de ano nada significam quanto ao que o titular sabe. Ora, a sociedade está

organizada de molde a dar empregos e promoções com base nesses diplomas, sobretudo no funcionalismo público. E numa sociedade do nosso tipo não é fácil ser de outra maneira: não é fácil um indivíduo doente averiguar da capacidade do médico que o atende, similantemente do que procura o advogado, o engenheiro, etc., mesmo quando em vez de um indivíduo temos uma empresa, pois, em geral, são de pequena dimensão e não têm outro remédio senão guiarem-se pelos diplomas. Aliás, o enquadramento legal torna difícil trabalhar de outro modo.

De maneira nenhuma são os professores responsáveis por esta baixa de nível de exigência. Eles esforçam-se muitíssimo, têm de dar aulas num clima de barulho e indisciplina terrivelmente cansativo, estão sujeitos a insultos e até agressões físicas de alunos, outrora impensáveis [2] , estão constantemente a ser convocados para todo o tipo de reuniões onde consomem o que seria o seu já pouco tempo livre, são sujeitos a um terrível desgaste só porque um aluno tem mau aproveitamento, ou se portou mal disciplinarmente ! Pior, são chamados para fazer tarefas burocráticas que, de maneira nenhuma, têm obrigação de fazer. Nesse tempo deveriam estar a estudar para melhores aulas poderem dar. Se queremos ensino de qualidade (como os políticos tanto afirmam), então temos de dignificar a posição dos professores, dando-lhes prestígio e autoridade para imporem disciplina nas aulas, para poderem ensinar atractivamente e poderem exigir conhecimentos.

A responsabilidade pelo baixo nível de exigência está nas atitudes de política geral de ensino que têm vindo a ser tomadas nas últimas décadas [3] . Das várias vertentes dessas atitudes, iria focar agora a que se prende com a actual tentativa de ter alunos com vocação para profissões mais práticas a aprender as mesmas matérias de cariz académico (e.g. francês ou química) que são ensinadas a alunos que gostam de áreas mais abstractas. Sobre isso, ainda há pouco fiz uma intervenção no Conselho Nacional de Educação do teor adiante referido.

*

"Já há muitos anos escrevi um artigo, onde era então, e continuo a ser, favorável a uma livre opção das disciplinas a partir do antigo 3º ano do liceu. A par das disciplinas que poderíamos chamar de cariz académico, como química, história, etc., haveria todo o tipo de disciplinas vocacionais, como cabeleireiro, cozinheiro, fotógrafo, mecânico, carpinteiro, condução de automóveis. Efectivamente, já há 40 anos frequentei uma escola nos EUA onde tive esse sistema; até fiz a disciplina de condução de automóveis, de dactilografia, etc., a par de disciplinas de cariz académico, como física e outras.

Sou contrário a que obriguem todas as crianças a aprender matemática, química, história, filosofia, etc., quando estariam muito melhor a aprender qualquer outra coisa de cariz muito mais prático. ...

*

Assim, logo nos 7º, 8º e 9º anos os alunos teriam livre escolha de disciplinas (académicas e profissionais) e de acordo com a sua maneira de ser. É quase bárbaro obrigar um jovem a estudar francês ou química se o que ele gosta é de estudar mecânica de automóveis ou carpintaria. Sei de casos de alunos que detestam de tal forma aquelas disciplinas académicas que até vão encapuçados para as aulas e, como protesto, fazem barulho ! Estamos a lançá-los no desespero, quando podíamos fazer deles bons técnicos práticos, tão úteis como médicos ou advogados ! Depois, esses alunos perturbam seriamente o rendimento das aulas de que não gostam e conseqüentemente os que querem aprender. E é mais um factor a engrossar a procissão da ignorância que vai até ao fim do liceu, e entra nas universidades ! Quer-se que o sistema de ensino, em vez de realmente ensinar, seja o meio de resolução das mais diversas "chagas" da sociedade, tais como a chamada "exclusão social", o problema do desemprego, do consumo de narcóticos, etc. Tal não pode continuar ! O sistema de ensino é, em primeiro lugar, para ensinar. E se cumprir essa missão bem, então sim, ajudará a minimizar tais "chagas" sociais. Mas querer encarregá-lo directamente da resolução dessas "chagas" tem-no destruído, e dessa maneira vamos é aumentar ainda mais os problemas ligados a essas "chagas".

Ora, se logo a partir do 7º ano permitirmos que os alunos escolham as suas disciplinas, teremos então um ensino muito mais eficiente, quer para a via profissional, quer para a via académica. Podemos interessar muito mais os alunos, minimizando o gravíssimo problema [4] da exclusão escolar, preparando técnicos profissionais para a vida prática e, por outro lado, preparando alunos melhor para os que pretendam seguir uma via mais abstracta, isto é, nas tradicionais áreas das línguas e das ciências. Poderemos assim contribuir para que os diplomas (profissionais e académicos) tenham real significado, isto é, contribuir para travar esta "Albanização" do ensino em Portugal.

NOTAS

[1] Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, membro do Conselho Nacional de Educação, responsável por estágios pedagógicos para o ensino secundário, o que envolve ir lá ouvir aulas. E-MAIL <fcqmvmmml@gemini.ci.uc.pt>

[2] Só na área de Coimbra houve, em 1996, cerca de 20 agressões físicas de alunos a professores.

[3] Noutro artigo referir-me-ei a um conjunto de directivas que nas últimas duas décadas têm afectado seriamente a eficácia do ensino. Ainda noutro, referir-me-ei às escolas profissionais (faço parte do Conselho de uma delas).

[4] Numa escola que frequentei nos EUA, até havia alunos que, sob a direcção de professores da escola, tinham a aprendizagem a trabalhar em bombas de gasolina, supermercados, cabeleireiros, bibliotecas, lavandarias, cozinhas de cantinas, etc. Assim, faziam uma boa aprendizagem profissional, e eram poupados ao suplício de terem de aprender assuntos que detestavam.